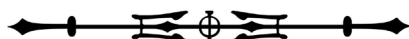


## Paper do NAEA Volume 28

# Reserva extrativista (RESEX) marinha Mãe Grande de Curuçá: gestão ambiental e possibilidade de turismo na comunidade da Vila de Mutucal

*Lione das Neves Trindade<sup>1</sup>  
Ponciana Freire de Aguiar<sup>2</sup>*



### RESUMO

Este trabalho teve por objetivo analisar a relação entre gestão ambiental, turismo e paisagem na RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá, considerando a interação entre comunidade local e meio ambiente, destacando a gestão ambiental como importante fator para a proteção dos recursos naturais, bem como um manejo adequado da paisagem natural, que se configura como um atrativo turístico haja vista que essa área apresenta um potencial turístico bastante significativo e grande parte dos moradores mostraram-se interessados em desenvolver esta atividade, pois seria uma alternativa viável, desde que houvesse uma organização, planejamento e qualificação da comunidade.

**Palavras-chave:** RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá. Gestão Ambiental. Turismo. Paisagem.

<sup>1</sup> Especialista em Gestão Ambiental e Manejo de Paisagem pelo NAEA/UFPA. E-mail: [lionentrindade@gmail.com](mailto:lionentrindade@gmail.com).

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública do NAEA/UFPA. E-mail: [ponciana@ufpa.br](mailto:ponciana@ufpa.br).

## ABSTRACT

This paper aimed to analyze the relationship between environmental management, tourism and landscape in the RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá, considering the interaction between local community and environment, highlighting environmental management as an important factor for the protection of natural resources, as well as An adequate management of the natural landscape, which is a tourist attraction since this area has a significant tourism potential and a large part of the residents showed interest in developing this activity, it would be a viable alternative, as long as there was an organization , Planning and qualification of the community.

**Keywords:** RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá. Environmental Management. Tourism. Landscape.

## INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo sobre Unidade de Conservação, especificamente pela categoria de Reservas Extrativistas (RESEX), que resultou neste trabalho “Gestão Ambiental e Turismo: Paisagens Naturais como Atrativos turísticos na Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Mãe Grande de Curuçá” propôs analisar de que forma a atividade turística vem se desenvolvendo na região, destacando a gestão ambiental como importante fator para proteção dos recursos naturais, fazendo também uma análise das paisagens naturais como atrativos turísticos na RESEX, haja vista que essa área possui um potencial turístico bastante significativo destacado por um rico ecossistema de mangue, ilhas, igarapés, furos e praias, composta de extensas áreas com ambientes naturais preservados. Nessa perspectiva, é interessante enfatizar a relação entre turismo e paisagem, e a interação entre meio ambiente e comunidade local, ressaltando a conservação e proteção dos recursos naturais e a importância da valorização histórica e cultural da sociedade local.

Nesse sentido, é interessante fazer uma abordagem sobre a paisagem, que pode ser interpretada sob diferentes olhares, pois no turismo ela é vista como um recurso configurando-se como um atrativo turístico, diferente do olhar geográfico que a enxerga como um elemento a ser estudado. Conforme Santos (1996), a paisagem concebeu-se como uma expressão materializada do espaço geográfico, podendo ser interpretada como uma forma representativa e continua das relações entre o homem e a natureza. Para Rodrigues (2001), a paisagem possui modalidades sensoriais perceptivas, como visão, audição, tato, temperatura, sinestesia, dor, paladar e olfato, podendo provocar as mais diversas sensações.

Dessa forma, busca-se analisar também que a atividade turística tem se intensificado de maneira bastante significativa em áreas naturais, promovendo a conservação dos recursos socioambientais e, sobretudo, valorizando esses espaços. Contudo, é preciso avaliar as interferências e os impactos causados pelo turismo nas áreas naturais e ao seu entorno. “Por ser um dos maiores e mais pujantes setores econômicos da atualidade, o turismo traz consigo uma variedade de impactos, com efeitos tanto positivos como negativos para sociedade e o ambiente” (PIRES, 2012, p.183), seus efeitos são os mais diversos possíveis, pois quando essa atividade ocorre de forma desordenada e sem um planejamento adequado, o ambiente, assim como a comunidade local, pode ser afetado negativamente pelo turismo.

A escolha do objeto de estudo, a RESEX Marinha Mãe Grande se deu por ser uma das mais importantes Unidades de Conservação localizadas na costa amazônica, e também por apresentar um potencial turístico bastante relevante, pois esta análise da relação entre paisagem, turismo, meio ambiente e comunidade local será de extrema importância para a compreensão da interação destes elementos com a dinâmica da paisagem sendo esta, também, fruto das construções sociais.

Portanto, vale destacar a importância da gestão ambiental, pois é essencial para o manejo e conservação dessas áreas, que junto com a gestão participativa buscam conciliar os objetivos de conservação e a administração da UC com o modo de vida da população tradicional, promovendo a inclusão social e abrindo espaço para a participação e o envolvimento destas com as tomadas de decisão referentes às áreas protegidas.

Para alcançar os objetivos, essa pesquisa teve como base metodológica a pesquisa bibliográfica e de campo, sendo que a pesquisa bibliográfica consistiu na consulta de artigos científicos, livros, teses e dissertações que deram base para as discussões em torno de categorias

como: Unidade de Conservação, Gestão ambiental, Paisagem e Turismo. Nessa perspectiva, entende-se que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida “a partir de material já elaborado: livros e artigos científicos. Embora existam pesquisas apenas bibliográficas, toda pesquisa requer uma fase preliminar de levantamento e revisão da literatura” (DENCKER, 1998 p.152).

Para esse estudo, serão adotados procedimentos a partir da pesquisa qualitativa que segundo Minayo e Sanches (1993) caracteriza-se “pela análise dos valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões”. Ou seja, a pesquisa qualitativa ajuda a desvendar os significados, anseios e costumes do objeto de estudo.

No período de 16 a 18 de março de 2017, foi realizada a pesquisa de campo na comunidade da Vila de Mutucal, que faz parte da RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá, onde foram aplicados questionários, com a finalidade de verificar a opinião dos moradores referentes à paisagem local, a atividade turística e gestão ambiental, em média foram entrevistadas 30 pessoas, distribuídas entre lideranças comunitárias, pescadores, agricultores e entre outros atores sociais.

Durante a pesquisa de campo, utilizou-se como técnica para obtenção de informações a entrevista semiestruturada. A entrevista é um processo de interação social, no qual o entrevistador tem a finalidade de obter informações do entrevistado, através de um roteiro que contém tópicos em torno de uma problemática central (HAUGUETTE, 1995).

Para Minayo (1994), a entrevista privilegia a obtenção de informações através da fala individual, a qual revela condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos, e transmite, por meio de um porta-voz, representações de determinados grupos. Optou-se pela entrevista semiestruturada, pois o informante tem a possibilidade de discorrer sobre suas experiências, a partir do foco principal proposto pelo pesquisador, ao mesmo tempo em que permite respostas livres e espontâneas do informante, valoriza a atuação do entrevistador.

Além da entrevista semiestruturada ao longo da pesquisa de campo, foi utilizado também o diário de campo, com anotações de tudo que foi observado em campo; fez-se também o registro de imagem por meio de fotografias, utilizando técnicas da antropologia visual. Conforme Kirst (2000), antropologia visual é trabalhar com tecnologias fotográficas e vídeos, a fim de registrar maiores informações possíveis. A antropologia visual é de extrema importância para o desenvolvimento de um trabalho, pois é por meio das fotografias e vídeos que pode se comprovar o que foi visto em campo.

## **AÇÕES NECESSÁRIAS PARA UM BOM PLANEJAMENTO AMBIENTAL**

### **Gestão Ambiental**

As discussões sobre a problemática ambiental e, sobretudo, a gestão dos recursos naturais tem sido uma questão bastante pertinente e preocupante entre a sociedade, devido ao uso desenfreado destes recursos que por sua vez vem ocasionando uma crise ambiental, motivado pelo intenso e rápido crescimento global, que demanda um consumo muito elevado de recursos naturais, tudo isso em nome de um suposto progresso e desenvolvimento.

Com isso, é possível perceber que ideia de um modelo de desenvolvimento sustentável vem sendo bastante fomentada, devido à preocupação com o esgotamento dos recursos naturais e a debilitação dos processos vitais para a estabilidade do ecossistema planetário, (Guimarães, 2001).

Contudo, observa-se que esse novo paradigma de desenvolvimento configura-se em um dos principais desafios na tomada de decisões econômicas e políticas, pois ainda é recente esse despertar para a sustentabilidade que teve origem no debate iniciado em Estocolmo, em 1972 e foi consolidado 20 anos mais tarde no Rio de Janeiro. Ademais, a sustentabilidade não se limita apenas as questões ambientais ela está diretamente relacionada com as questões sociais, principalmente nos países periféricos, onde as desigualdades e exclusões sociais são bastante marcantes. E nesse sentido, conforme Guimarães (2001), o paradigma da sustentabilidade postula igualmente a preservação da diversidade em seu sentido mais amplo, a sociodiversidade.

E a partir desse contexto, vale ressaltar a gestão ambiental, que consiste na administração dos recursos ambientais. De acordo com Rodriguez e Silva (2016, p.141):

A Gestão Ambiental propriamente dita é o processo que inclui o planejamento, monitoramento, o licenciamento, a fiscalização e a administração visando o cumprimento das normas de qualidade ambiental e a incorporação da dimensão ambiental a todo esforço econômico e social, objetivando através de uma ampla gama de instrumentos administrativos, econômicos e jurídicos.

Entretanto, observa-se que na gestão ambiental é possível identificar diversos instrumentos de controle dos problemas ambientais e também possíveis soluções para minimizar e mitigar os impactos das ações antrópicas sobre o meio ambiente, haja vista que esta também pode ser um importante mediador de conflito, entre diferentes atores sociais e sua relação com o meio ambiente e da forma como estes agem sobre o meio físico-natural (QUINTAS, 2006).

Contudo, vale ressaltar que no artigo 225 da constituição, é assegurado que “Todos têm direito ao meio ambiente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Entretanto, é interessante enfatizar que para garantir e assegurar a efetividade deste princípio, cabe ao poder público um importante papel, determinado pela constituição e nessa perspectiva, destacam-se várias ações que são implementadas por diferentes órgãos governamentais, ligados ao meio ambiente, como educação ambiental, proteção de diversos biomas, ecossistemas e entre outras ações (QUINTAS, 2006).

Ademais, a constituição estabelece algumas diretrizes para o fomento das políticas ambientais, conforme Floriano (2007) essas políticas podem ser classificadas como públicas e privadas, tendo abrangência de políticas internacionais, federais, estaduais, municipais e dentre outras, o autor destaca, porém, o conceito de gestão ambiental pública, citado no Seminário sobre a atuação do Educador para atuar no processo de gestão Ambiental, que afirma o seguinte:

Gestão ambiental pública é um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído. Este processo de mediação define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e também, como se distribuem na sociedade os custos e os benefícios decorrentes da ação destes agentes (FLORIANO, 2007, p.2).

É notório que a Gestão Ambiental pública não se restringe apenas na gestão dos recursos naturais, mas, sobretudo, nas situações que envolvem conflitos de interesse, desempenhando um importante papel de mediação e propondo soluções em diferentes conflitos sociais, no que se refere às questões ambientais.

A gestão ambiental juntamente com o planejamento são peças fundamentais para o fomento da Política Ambiental, sendo esta uma importante política pública, pois necessita de ações efetivas e coordenada, desempenhada por importantes autoridades do Estado e de Governo e entre outros atores sociais, que exercem um importante papel dentro desse processo.

A Política Ambiental é uma tarefa essencialmente relacionada com o poder político com as instituições estaduais que desempenham um papel essencial na definição das estratégias, das políticas e dos incentivos que promovem certas características necessárias para incorporar a sustentabilidade no processo de desenvolvimento. É definida como uma política pública que é eminentemente técnica. Deve ter um caráter intrasetorial, ou seja, distinguida pela transversalidade, incluindo todas as esferas e setores da atividade socioeconômica das sociedades humanas (RODRIGUEZ; SILVA, 2016, p.137).

Entretanto, não se pode pensar em gestão ambiental sem a participação do Estado e principalmente da sociedade civil, e é de extrema importância que essa parceria poder público e sociedade aconteça e seus objetivos se complementem, visando uma gestão ambiental participativa e o compromisso com a causa ambiental, porém nem sempre isso é possível, devido a conflitos de interesse.

Quanto à Política de gestão privada, Floriano (2007, p.3) cita o conceito conforme as normas da ISO da série 14000:

Gestão ambiental privada é parte integrante do sistema de gestão global de uma organização e constitui-se em um processo administrativo, dinâmico e interativo de recursos, que tem como finalidade: equilibrar a proteção ambiental e a prevenção de poluição com as necessidades socioeconômicas e ajudar a proteger a saúde humana, através da formulação de uma política e objetivos que levem em conta os requisitos legais e as informações referentes aos impactos ambientais significativos, visando a melhoria contínua no desempenho ambiental da organização de forma a atender às necessidades de um vasto conjunto de partes interessadas e às crescentes necessidades da sociedade sobre a proteção ambiental.

E a partir dessa perspectiva, de gestão ambiental privada, muitas empresas vêm adotando essa política, visando minimizar os impactos ambientais, como emissão de resíduos poluentes, desperdício de energia, matéria prima e entre outros, buscando atender um consumo mais sustentável, de um público cada vez mais exigente e consciente da importância ambiental, daí a mudança no padrão de consumo, que valoriza empresas que incorporem essa visão de uma política ambiental. Por outro lado, alguns grupos econômicos estão longe de incluir a gestão ambiental como política dentro de suas empresas, restringindo-se apenas a banalizar essa problemática ambiental em marketing verde, causando uma falsa impressão de responsabilidade socioambiental.

## **Planejamento e Gestão em Unidade de Conservação**

A criação de Unidade de Conservação é essencial para proteger a diversidade biológica, a sociodiversidade, resguardar a integridade dos ecossistemas, entre outros, destacando-se como importante política pública desenvolvida com o intuito de proteger os recursos naturais, podendo ser implementadas pelas esferas Federal, Estadual e Municipal. Segundo a International Union for the Conservation of the Nature (IUCN), é o método mais eficaz de proteção da biodiversidade.



A Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC), foi um grande avanço nas questões ambientais, pois possibilitou inúmeros benefícios, por meio dos dispositivos legais que contribuíram na criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação, auxiliando os órgãos públicos responsáveis por sua administração, em conjunto com a sociedade civil organizada, pois esta lei, a partir de seus instrumentos legais, norteou as complexas relações entre Estado, comunidade e meio ambiente, promovendo uma adequada preservação de importantes biomas brasileiros.

Conforme o art.7º, as unidades de conservação estão divididas em dois grupos, o grupo unidades de Proteção Integral, onde não é permitida a existência de populações tradicionais nestas áreas, que tem por objetivo a preservação dos recursos naturais e ecossistemas de grande relevância ecológica, e o grupo de unidades de uso sustentável que objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

Esses grupos estão subdivididos em 12 categorias específicas classificadas em função do capital natural a ser protegido: Estação Ecológica, Parque Nacional, Reserva Biológica, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre (Proteção Integral). No grupo Uso Sustentável encontra-se as categorias Área de Proteção Integral, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

Entretanto, a criação de UC ainda suscitam muitos questionamentos e polêmicas ao serem criadas, pois de acordo com Neimane e Rabinovici (2010) vão trazer várias consequências e mudanças às populações que habitam nessas áreas e ao seu entorno, assim como na dinâmica daqueles espaços e em sua biota, podendo ocorrer impactos ao meio ambiente tanto de maneira positiva como negativa. Contudo essas questões deverão ser resolvidas pela gestão das UC que terão um quadro desafiador ao administrar essas áreas e resolver todos os possíveis problemas que poderão afetá-las durante sua criação, e os atores sociais envolvidos que poderão ser beneficiados ou prejudicados dependendo da forma e o planejamento desses espaços, onde muitas vezes ocorrem conflitos de interesse.

A gestão Participativa é fundamental na criação e implantação de UC, pois conta com a inserção da comunidade local no processo de gestão dessas áreas, seu envolvimento e participação são essenciais para o manejo e conservação dessas unidades, pois estas não devem ficar à margem desse processo. Entretanto, Neiman e Rabinovici (2010) enfatizam que nem sempre as comunidades são envolvidas nas tomadas de decisão, implementação e gestão dessas áreas, porém, por conflito de interesse a população local, é excluída e não é levada em consideração no planejamento de áreas protegidas.

Contudo, isso ocorre devido à falta de diálogo entre os setores ambientais e a população local das Unidades de Conservação, gerando assim um afastamento dessas comunidades que por sua vez não se sentirão pertencente nesse ambiente, e consequentemente não irão sentir-se no dever de conservá-lo. “Se a sociedade não estiver integrada à gestão de UC e percebê-la apenas como restrição ao uso, sua percepção será negativa e ela não será parceira da UC para proteção da natureza” (IBASE, 2006, p.8). Nisso, percebe-se que a participação e a inclusão das pessoas são elementos essenciais para que possa haver um engajamento efetivo na gestão e planejamento das áreas protegidas.

Conforme o art.5 das diretrizes do SNUC, é assegurada a participação efetiva das populações locais na criação, implementação e gestão das unidades de conservação. Portanto, a gestão participativa em UC para ser efetivada, conta com a formação dos conselhos como instrumento que vão administrá-las e geri-las, garantindo assim a participação de vários setores da sociedade, configurando-se com a formação e composição do Conselho Gestor. Contudo, é por meio da atuação dos conselhos que se dão os processos participativos, capazes de promover a participação, o controle social, a confiança e, acima de tudo, uma melhor transparência na gestão de UC. E nesse sentido:

Dentre os diversos meios de participação, os conselhos destacam-se por se constituírem em um dos espaços de maior aceitação para se estabelecer formas de gestão e diálogo entre as organizações da sociedade civil e os governos na configuração do Estado e de políticas públicas específicas (setoriais, temáticas, de programas, etc.). É certo que não devem ser vistos como garantia da participação e da democracia. Há um longo histórico de criação de conselhos dos mais diferentes tipos em inúmeros países, ocorrendo avanços e também muitos problemas de manipulação, burocratização e pouca autonomia de decisão (LOUREIRO; CUNHA, 2008, p.245).

Portanto, os conselhos são espaços públicos, garantindo assim uma forma democrática da participação popular, principalmente no que se referem as políticas públicas e entre outras questões sociais. Pois esses espaços precisam ser compreendidos a partir de suas contradições e potencialidades, devendo ser fortalecidos por meio de participações diretas, pois dessa maneira poderão ser construída uma cultura democrática, popular e cidadã (LOUREIRO; CUNHA, 2008).

Os conselhos gestores são mecanismos previstos no SNUC, pois estes podem ser de natureza Consultiva ou Deliberativa e serão presididos pelo chefe da UC, que designará os demais conselheiros indicados pelos setores a serem representados, sua composição se dá por representantes de órgãos públicos como os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, representantes da sociedade civil contemplando comunidade científica, Organizações não governamentais (ONG) ambientalistas, população tradicional etc. (BRASIL, 2000).

Ademais é importante citar um dos princípios, que regem os conselhos gestores, baseados na proposta da Política Nacional de Áreas Protegidas que afirma o seguinte:

Os conselhos gestores de unidades de conservação, independente de seu caráter consultivo ou deliberativo, segundo a lei do SNUC, devem ser entendidos como espaços legalmente instituídos para o exercício da cidadania e do controle social da gestão do patrimônio público, por meio de discussão, avaliação e proposição de ações e políticas que visem o aprimoramento da administração das unidades de conservação e sua integração regional (MMA, 2004, p.40).

Cabe mencionar que o Conselho Consultivo não possui poder de decisão sobre a diretriz da política em vigor, apenas emite pareceres ou opiniões sobre determinada ação do governo, é indicado para gestão de Florestas Nacionais e Unidades de Proteção Integral, por outro lado, o Conselho Deliberativo tem o poder de decisão, ou seja, possui autonomia para analisar, intervir e apresentar ações dentro de uma política setorial, pois estes são as instâncias responsáveis pela gestão das RESEX e pelas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) (BRASIL, 2000).



## Turismo em Unidade de Conservação (UC)

O turismo é uma atividade que tem se desenvolvido em áreas naturais de grande beleza cênica e ricas paisagens, pois muitos acreditam que seja uma alternativa menos impactante nos ambientes naturais, podendo ser considerado como uma estratégia para promover a conservação ambiental, nesse sentido é importante destacar um seguimento do turismo em especial o ecoturismo, que surgiu com a preocupação de conservar os recursos naturais e culturais, voltado totalmente para a natureza.

O ecoturismo pode ser descrito como um turismo interpretativo de mínimo impacto, discreto, em que busca a conservação, o entendimento e apreciação do meio ambiente e das culturas visitadas. Trata-se de uma área especializada do turismo que inclui viagens para áreas naturais, ou áreas onde a presença humana é mínima, em que o ecoturista envolvido na experiência externa a uma motivação explícita de satisfazer sua necessidade por educação e consciência ambiental, social e/ou cultural por meio da visita a área e a vivência nela (WEARING; NEIL, 2001, p.5).

O termo ecoturismo ainda é muito amplo, havendo vários significados que se enquadram nessa atividade como “turismo ecológico”, “turismo de natureza”, “turismo sustentável” e entre outros. Entretanto, há uma diversidade de conceitos para a compreensão dessa atividade que, sobretudo, envolve ser humano e natureza.

Conforme o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), o turismo é uma das atividades permitidas em algumas categorias de UC, inclusive um de seus objetivos que está expresso no Art. 4º parágrafo XII afirma o seguinte “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (BRASIL, 2000).

Ademais, é possível perceber que devido à mudança de mentalidade e mais conscientização com as questões ambientais, surge um novo turista que está em busca de mais contato com o meio natural e uma viagem mais responsável e ambientalmente mais correta, diferente do turismo convencional, despertando novos olhares, vivências, conhecimentos e experiências únicas, que proporcionem uma maior proximidade com a natureza e a comunidade local.

Contudo, nos primórdios do turismo como prática de mercado, não havia essa preocupação com as questões ambientais era, portanto, uma atividade que visava apenas o lucro, porém devido às preocupações com a crise ambiental e o esgotamento dos recursos naturais, houve essa mudança de concepção ao longo do tempo, despertando um novo olhar sobre o turismo valorizando o meio ambiente (NEIMAN; PATRICIO, 2010).

O turismo em UC é uma prática que vem ocorrendo de maneira muito expressiva em diversos países, destacando-se por ser uma alternativa de desenvolvimento sustentável. Entretanto desde que seja planejado de forma adequada, contribua para diminuição da exploração dos recursos florestais, a proteção e o manejo dos recursos naturais e, sobretudo, gerar renda para as comunidades envolvidas.

As UCs são ambiente adequado para desenvolver ações que formem um cidadão mais consciente de suas responsabilidades e que atue de forma mais participativa e articulada em questões ambientais. Os parques nacionais, por exemplo, permitem que sejam desenvolvidas atividades de recreação e turismo, o que tem colaborado para o crescimento do número de visitantes a essas áreas. Em 2000, cerca de 1,9 milhão de pessoas visitaram parques nacionais e, em 2005, os visitantes somaram quase 3 milhões (NEIMAN; PATRICIO, 2010, p.86).

Observa-se que existem muitas experiências positivas da atividade turística em UC, pois isso tem colaborado para conservar as áreas protegidas e promover uma maior aproximação dos visitantes com esses espaços, porém é preciso ressaltar que para inserir o turismo dentro dessas áreas e fazer com que ele se desenvolva de forma harmônica, sem causar nenhum dano aos processos ecológicos, às comunidades residentes e ao entorno, ainda é um desafio para a gestão das UC. Entretanto, o turismo, quando planejado de forma correta, deve ser estimulado nas UC, já que o ecoturismo é uma alternativa viável e também considerada uma prática sustentável.

No entanto, é pertinente destacar algumas experiências de turismo em UC que vêm dando certo, pois, de acordo com Moraes e Irving (2013), existe uma experiência de turismo na RESEX de Cazumbá-Iracema no estado do Acre, em que é desenvolvido o ecoturismo ainda de forma embrionária, com o plano do desenvolvimento turístico. No ano de 2002, foi implantada a primeira pousada da RESEX e a partir de então vem buscando-se desenvolver o ecoturismo como alternativa econômica, pois as visitas na comunidade costumam acontecer geralmente no período de inverno, devido à facilidade de deslocamento nessa época, da cidade de Sena Madureira de onde o público estudantil e a populações da própria região se deslocam até Cazumbá, em busca de conhecer os projetos de desenvolvimento local dessa UC.

No processo de visitação na RESEX, é feita a divisão de tarefas entre os moradores visando atender os visitantes, haja vista que os envolvidos nessa tarefa são remunerados por meio do serviço prestado, porém há um certo problema porque as visitas são individuais e a renda obtida concentra-se apenas nas mãos de uma ou duas pessoas, havendo assim um descontentamento dos outros que ficam de fora e não são beneficiados. Entretanto, isso dificulta o processo de desenvolvimento coletivo, que nesse caso se restringe no beneficiamento de poucos moradores (MORAES; IRVING, 2013).

Uma outra experiência bem sucedida está na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá, localizada no Rio Solimões, sendo esta a pioneira em aliar o conceito de desenvolvimento sustentável ao de turismo, tendo esta atividade sendo operada por comunidades, ONGs nacionais e transnacionais e governo que unem grandes esforços e apoio para promover a conservação da região. Assim, foi desenvolvido o Programa de Ecoturismo de acordo com o Plano de Manejo da área, envolvendo o planejamento turístico e o estudo de viabilidade e entre outros aspectos importantes, que são sete comunidades de Mamirauá envolvidas no programa (POLES; RABINOVICI, 2010).

O Programa de ecoturismo de em Mamirauá tem como um dos objetivos principais consolidar-se como uma estratégia para sustentabilidade, promover fonte de renda para a população local, sendo uma das alternativas econômicas ao uso tradicional de recursos naturais. O Programa de Ecoturismo possui a pousada Uacari onde é feita a hospedagem dos ecoturistas, pois o planejamento e o desenvolvimento foram realizados pela comunidade local, pesquisadores e técnicos do Instituto Mamirauá, os prestadores de serviços hoteleiros e condutores de visitantes são os próprios moradores da Reserva que foram treinados pelos membros do programa e pela associação dos moradores locais com a finalidade de atender as necessidades da atividade, a AAGEM (Associação de Guias e Auxiliares de Ecoturismo do Mamirauá) sendo que o lucro gerado pela pousada é dividido entre o sistema comunitário de vigilância e as comunidades locais (POLES; RABINOVICI, 2010).

Conforme as experiências citadas, o turismo teve um efeito positivo nas áreas protegidas, isso tem contribuído muito para incentivar a conservação, o patrimônio natural e cultural

e, sobretudo, tem promovido a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, que por sua vez estão sendo protagonistas, atuando diretamente no planejamento e execução da atividade turística. Entretanto, o envolvimento e participação da comunidade nesse processo é de extrema importância pois:

Dessa forma, o planejamento participativo é uma das opções mais significativas para que a população local esteja inserida nos processos de decisão e gestão das áreas naturais preservadas e das atividades turísticas possíveis na localidade. É necessário que esse processo participativo ocorra durante toda a tramitação de criação, implantação e gestão das UCs, assim como nos projetos de implantação do turismo (PESSOA; RABINOVICI, 2010, p.113).

As atividades turísticas em UC devem ter um caráter educativo, estimulando as práticas conservacionistas, respeitando as populações residentes dessas áreas e por outro lado, é necessário que se tenha uma infraestrutura adequada, minimizando o máximo possível os impactos negativos. Conforme Ruschman (1997), ao relacionar turismo e meio ambiente, é possível perceber vários aspectos restritivos, pois esses fatos devem ser observados nas diretrizes públicas e em outras ações e estratégias de planejamento e gestão do ecoturismo, essas são as premissas que devem nortear as atividades turísticas em áreas naturais.

O turismo pode ser uma fonte de receita, pois os ingressos turísticos, cobrados na entrada de parques, por exemplo, ajudam a manter esses locais e ainda contribuem para viabilizar a proteção e a conservação dessas áreas, porém é necessário se ter um controle das atividades turísticas e também sobre os visitantes nessas áreas, devendo haver um limite da capacidade de carga e um manejo adequado desses espaços (PIRES, 2010).

É importante destacar que o turismo é uma alternativa viável para o desenvolvimento de muitas comunidades, principalmente como uma atividade complementar, pois proporciona experiências de grande riqueza e valor, possibilitando ao indivíduo uma forte interação com o meio que os cerca. Então é essencial que os gestores de áreas protegidas incentivem a comunidade local, ajudando estas na capacitação, cursos, oficinas e entre outros a fim de desenvolverem atividades turísticas de forma adequada.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS (RESEX)**

A criação do modelo de RESEX foi fruto de uma mobilização dos seringueiros da Amazônia, liderados por Chico Mendes, que desempenhou um importante papel como líder sindical e ambiental na luta das questões fundiárias e na defesa da floresta, constantemente ameaçada pelos fazendeiros que vinham se instalando nas áreas onde predominavam os seringais.

E dentro desse contexto, objetivando conter os desmatamentos, uma vez que estes começavam a avançar as áreas dos seringais, o movimento dos seringueiros organizou-se e criaram uma estratégia que foi denominada como “Empate”, essa ação visava impedir ou “empatar” a derrubada de árvores e também passou a ser uma forma de resistência dos seringueiros à expulsão de suas posses, a partir dessa iniciativa que se deu a organização do primeiro Sindicato no Acre e, sobretudo, da tomada de consciência sobre seus direitos de posse, assegurados pelo Estatuto da Terra (ALLEGRETTI, 2002).

Contudo, a proposta de RESEX foi oficialmente apresentada no I Encontro Nacional dos Seringueiros, em Brasília no ano de 1985, porém, antes disso, a primeira discussão sobre a ideia de criação de uma reserva, ocorreu em um encontro preparatório em Rondônia, organizado pelo Sindicato dos Seringueiros do Acre, que se articulavam juntamente com outros sindicatos da Amazônia para elaborar suas reivindicações para levar ao Encontro Nacional. Entretanto, isso se deu pelo fato dos seringueiros não aceitarem o modelo tradicional de colonização adotado na Amazônia (ALLEGRETTI, 2002).

Portanto, foi a partir do I Encontro Nacional em Brasília que a causa dos seringueiros ficou conhecida e a proposta de Criação das RESEX, consolidou-se, fortalecendo-se ainda mais com as alianças feitas com o movimento ambientalista internacional, intermediada por Chico Mendes, que foi cada vez mais ganhando destaque tanto em âmbito nacional como internacional devido sua luta. De acordo com Allegretti (2008), o I Encontro Nacional dos Seringueiros trouxe resultados bastante significativos ao movimento dos seringueiros, proporcionando verdadeiras mudanças quanto ao futuro da Amazônia, com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e a formulação da proposta de criação do modelo de RESEX, uma ideia inovadora que viria solucionar as questões fundiárias, pois os seringueiros perceberam que seria mais viável criar uma reserva, inspirado no modelo de reserva indígena que eram protegidas pelo governo, então assim como os índios, os seringueiros também mereciam uma área destinada para continuar suas atividades extrativistas, foi em comparação com as reservas indígenas que surgiu a ideia de RESEX entre os seringueiros.

Do momento em que a ideia de Reserva Extrativista se consolidou entre os seringueiros, como a proposta que sintetizava suas aspirações de futuro, durante o Encontro Nacional, em 1985, até a criação da primeira área, no Seringal Cachoeira, em 1988, foram três anos de intenso trabalho e muitos obstáculos. E deste momento, até a proposta se transformar em uma política pública, em 1990, foi necessário catalisar na direção certa, a pressão internacional que resultou do assassinato do líder do movimento, Chico Mendes. Foram cinco anos de conquistas e recuos em um cenário complexo do ponto de vista institucional e político, pelo fato da proposta extrapolar a esfera local e seus protagonistas tradicionais e requerer articulações nacionais para se efetivar (ALLEGRETTI, 2002, p. 256).

É importante destacar que o movimento dos seringueiros enfrentou uma árdua batalha até a efetivação da proposta da RESEX, pois jamais se imaginou que uma ideia surgida em um Encontro de seringueiros iria ganhar contornos tão grandes e uma destacada visibilidade dentre várias entidades que passaram a conhecer e apoiar a causa. As RESEX destacam-se como uma experiência originalmente brasileira, a qual houve todo um contexto histórico para sua implementação enquanto instrumento de uma política ambiental. Conforme Cunha e Coelho (2009, p. 71):

As Reservas Extrativistas (Resex) enquanto política ambiental do governo federal, implementada pelo IBAMA por meio do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNTPT), foram criadas em 1990 pelo Decreto 98.897 e passaram a integrar o Programa Nacional de Meio Ambiente. Na prática, eram o desdobramento de uma ação pública já iniciada em 1987 com a criação dos projetos de assentamento extrativista no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária, sob tutela do Instituto Nacional de Colonização (INCRA).

Entretanto, vale ressaltar que as RESEX fazem parte da categoria do grupo das unidades de uso sustentável, que de acordo com SNUC é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivo básico

proteger os meios de vida e as culturas dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000).

Quanto à gestão dessas áreas, serão geridas por um Conselho Deliberativo que será constituído por representantes de órgãos públicos, organização da sociedade civil e das populações tradicionais residentes da área, quanto às atividades que poderão ser desenvolvidas em seu interior, é permitida a visitação e a pesquisa científica, porém, desde que estejam de acordo com o plano de manejo e a autorização prévia do órgão responsável por sua administração. Quanto ao tipo de RESEX, pode-se destacar as Reservas Extrativistas Marinhas (REM) que se constituem em áreas litorâneas, pois de acordo com Figueiredo (2007, p. 38), “seu território integra além das áreas de florestas de terra firme, áreas marinhas e áreas que ficam entre a terra e o mar, conhecidas como estuário, onde encontram-se os manguezais.” Ainda de acordo com a autora, o número de RESEX sendo marinha ou não, vem crescendo bastante nos últimos anos na Região Norte.

Atualmente, o Estado do Pará conta com 12 Reservas Extrativistas (RESEX) Marinhas conforme Quadro 01 abaixo:

Quadro 01: RESEX Marinhas no Estado do Pará

RESEX	MUNICÍPIO
01. Resex Marinha de Soure	Soure
02. Resex Marinha Mãe Grande	Curuçá
03. Resex Marinha Caeté Taperaçu	Bragança
04. Resex Marinha de Tracuateua	Tracuateua
05. Resex Marinha Maracanã	Maracanã
06. Resex Marinha Chacoaré Mato Grosso	Santarém Novo
07. Resex Marinha São João da Ponta	São João da Ponta
08. Resex Marinha Mocapajuba	São Caetano de Odivelas
09. Resex Marinha Mestre Lucindo	Marapanim
10. Resex marinha Cuinarana	Magalhães Barata
11. Resex Marinha Araf-Peroba	Augusto Correa
12. Resex Marinha Gurupi-Piriá	Viseu

Fonte: Adaptada pela autora a partir de Chammy (2002).



As Reservas Extrativistas Marinhas (REM) são subcategoria das Reservas Extrativistas, a primeira a ser criada foi a Reserva Extrativista Marinha (REM) de Pirajubaé, no ano de 1992, localizada no Estado de Santa Catarina. Essas áreas são consideradas um espaço de uso comum, utilizadas principalmente por pescadores artesanais que exploram os recursos de forma comunitária, pois seus direitos consuetudinários sobre esses territórios marinhos são reconhecidos (CHAMY, 2002).

## **Paisagens: uma breve discussão**

Os estudos sobre a paisagem se deram somente no século XIX pelos naturalistas e geógrafos, no início havia apenas uma conotação estética relacionada com o paisagismo e com a arte dos jardins quando se pensava sobre paisagem, o uso do termo paisagem, faz referência com a palavra italiana *paesaggio*, pois durante a Renascença foi introduzida das pinturas elaboradas de acordo com a natureza, expressando vários significados como: “O que vê no espaço”; “Aquilo que o olhar abrange ... em um único golpe de vista”; “O campo de visão”. Entretanto, o termo paisagem também é conhecido no vocabulário germânico como *Landscape* (inglês) *Landschaft* (alemão) e *Landschap* (holandês) (CHRISTOFOLETTI, 1999).

Após a Segunda Guerra Mundial, o conceito de paisagem natural foi espalhado em vários países. Primeiramente foi desenvolvido nos países da Europa Ocidental, especialmente na Polônia, na Checoslováquia e na República Democrática Alemã. Neste país, foram incorporados alguns elementos da tradição alemã, incluindo alguns conceitos da visão cultural. Escolas de paisagem foram desenvolvidas em outros países da Europa Ocidental, particularmente na Holanda, Suíça, Áustria, República Federal da Alemanha. Foi muito importante o desenvolvimento de conceitos semelhantes na Austrália, África do Sul e Canadá, motivado pela necessidade de informação abrangente sobre a natureza de vastos territórios que seriam sujeitos a processos de colonização e assimilação econômica (RODRIGUEZ; SILVA, 2016, p.81).

A paisagem é resultado da interação e dinâmica dos processos físicos, biológicos e antrópicos de uma determinada porção do espaço, sendo também uma categoria de análise devido à sua complexidade e constante evolução, é influenciada por diferentes sistemas socioeconômicos e por uma diversidade de culturas humanas, rurais ou urbanas e nessa perspectiva a Geografia Física que está diretamente relacionada com o estudo da paisagem, destaca-se, porém, devido sua função em estudar a relação entre natureza e sociedade (RODRIGUEZ; SILVA, 2016).

Para Bertrand (2004), o conceito de “paisagem” tem tido problemas de ordem epistemológica e desde então se tornou quase estranho à geografia física moderna e isso tem dificultado estudos adequados, o autor ressalta, porém, que isso tem implicado em uma reflexão metodológica e pesquisas específicas que escapam parcialmente à geografia física tradicional e nessa perspectiva o estudo da paisagem é antes de tudo apresentar um problema de método.

Conforme Rodriguez e Silva (2016), para se ter uma dimensão sobre paisagem tem sido confirmada teórica e metodologicamente três pontos de vistas, pois na maior parte estes se complementam: 1- O conceito de Geoecologia de Paisagens como conjugação das categorias analíticas geográficas; 2- A Teoria dos Geossistemas; 3- A noção de Sistemas Geoecológico da Paisagem.

A Geoecologia pode ser considerada como uma disciplina antropológica, que vem analisando as paisagens naturais e antro-po-naturais, antes esta disciplina era nomeada como Ecologia da Paisagem, mas anos mais tarde, passou a ser denominada como Geoecologia, muitos autores a definem como a ciência de paisagens. Entretanto, a Geoecologia das Paisagens

vem sendo baseada em uma visão bastante tradicional das categorias analíticas da Geografia. Para Rodriguez e Silva (2016, p.85):

(...) Isso envolve a compreensão da relação entre conceitos de Espaço ou Paisagem Natural- Espaço Geográfico- Paisagem Cultural como base para a compreensão da região, do território e do meio geográfico. Esta visão se centra principalmente na localização e distribuição dos fenômenos geográficos, e sua classificação e cartografia.

Um outro fator muito importante ao se estudar a paisagem é o Geossistema, pois o uso desse termo foi introduzido pelo cientista soviético Sotchava, tendo publicado em 1979 um livro intitulado como “Introdução à Teoria dos geossistemas”, que explana totalmente o conceito sobre essa temática. “Sotchava salienta que os geossistemas são dinâmicos, flexíveis, abertos e hierarquicamente organizados com estágios de evolução temporal, numa mobilidade cada vez maior sob a influência do homem” (CHRISTOFOLETTI, 1999 p.42).

Entretanto, ao analisar o Geossistema, Bertrand (2004) faz um estudo mais definido e preciso, propondo um sistema taxinômico para o geossistema, enfatizando a hierarquização da paisagem, sua tipologia e categorização em zona, domínio e região, chamadas de unidades superiores e as unidades inferiores como os geossistemas, geofácies e o geótopo que, por sua vez, são caracterizados por elementos biogeográficos e antrópicos.

A paisagem pode ser concebida por um sistema de conceitos que é formada por: paisagem natural, paisagem social e paisagem cultural. De acordo com Rodriguez e Silva (2016, p.87-88):

Espaço ou Paisagem Natural: é um sistema espaço-temporal, uma organização espacial complexa aberta formada pela interação entre os componentes ou elementos biofísicos em diferentes graus que podem ser modificados ou transformados por atividades humanas. Vem a constituir o meio natural a partir de uma visão sistêmica.

A paisagem natural abrange os componentes da natureza, definindo-se como um geossistema. No entanto, a Paisagem cultural consiste na percepção que se tem sobre esta, configurando-se como um espaço simbólico, afetivo, material etc. Pois dessa forma ela também pode ser compreendida conforme as interações das pessoas com a paisagem e fruto de suas construções sociais e psicológicas, ou seja, pode ser sentida e observada.

A Geoecologia das Paisagens é importante para estabelecer as principais estratégias para diagnósticos, planejamento e gestão da paisagem e nesse sentido o planejamento da paisagem busca construir cenários que agreguem a sustentabilidade no processo de desenvolvimento. Vale ressaltar que este é considerado o principal método nos procedimentos de zoneamento, Planejamento e Gestão Ambiental que são utilizados no Brasil (RODRIGUEZ; SILVA, 2016).

Conforme Rodriguez e Silva *apud* Leser (2016, p. 315), o planejamento das paisagens consiste nas seguintes variantes:

- Monitoramento e controle da paisagem;
- Proteção das paisagens;
- Manutenção de ambientes naturais e transformados;
- Desenho da paisagem, incluindo a organização de espaços ou áreas verdes;
- Restauração da paisagem.

Ademais, esses procedimentos são fundamentais para a gestão e o manejo de diversos espaços naturais, assegurando o uso de maneira racional e mais sustentável da natureza. É importante mencionar que o planejamento da paisagem é importante em diversas áreas como na agricultura, nos espaços turísticos, no planejamento de áreas protegidas e entre outros.

Portanto, os estudos sobre a paisagem, ou melhor, sobre a Geoecologia das Paisagens, têm contribuído de maneira muito significativa ao meio ambiente, principalmente no que se refere ao planejamento e gestão ambiental, o planejamento territorial e sobretudo na conservação da biodiversidade, ajudando na compreensão de como a sociedade vem concebendo o espaço natural, transformando e modificando a paisagem natural de acordo com suas necessidades.

### **Caracterização da área do Município de Curuçá**

O Município de Curuçá está distante 134 Km de Belém e faz parte da Microrregião do salgado do Nordeste Paraense; limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico, ao Sul com o município de Terra Alta, a Leste com o município de Marapanim e a Oeste com os municípios de São Caetano de Odivelas e São João da Ponta. De acordo com os dados do IBGE, o município de Curuçá possui uma área de 2673,30Km<sup>2</sup> e sua população é de 34.490 habitantes.

O Município possui oito distritos (Vilas: Lauro Sodré, Ponta de Ramos, Araquaim, Murajá, Mutucal, Boa Vista do Iririteua, Nazaré do Mocajuba e a Povoação São João do Abade), mais 62 localidades rurais distribuídas ao longo desses distritos, das quais 23 localizam-se nas regiões dos rios e várzeas e 39 estão na zona do planalto. A área urbana possui oito bairros (CURUÇÁ, 2012).

As origens do município de Curuçá datam desde o Século XVII, devido o surgimento de presenças religiosas na Amazônia, mais especificamente os Jesuítas, missionários pertencentes à Companhia de Jesus, que se deu através da provisão régia de 23 de setembro de 1652, sancionada pelo rei de Portugal Dom João IV (CURUÇÁ, 2012).

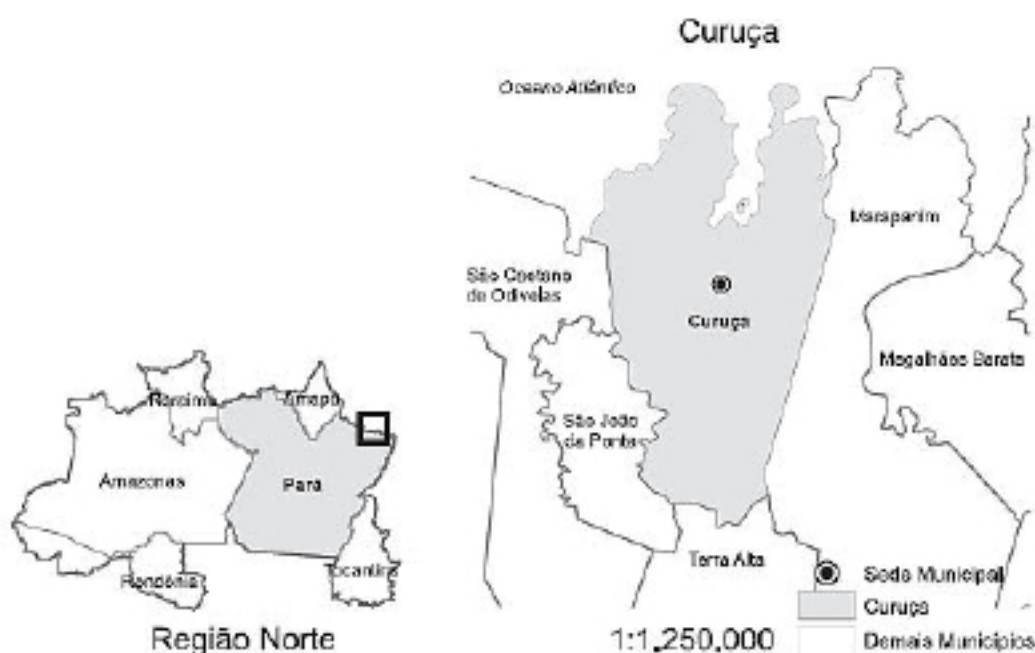
No que se refere aos aspectos físicos e naturais, o município apresenta um clima equatorial amazônico, quanto ao solo, predomina o latossolo amarelo com textura média, concrecionário laterítico e solos indiscriminados de mangue. Sua vegetação é formada por florestas secundárias, sendo predominantes também as florestas de mangue ou manguezais, que ocupam as porções litorâneas e semilitorânea, onde existe a influência da salinidade do mar. As atividades econômicas que predominam no município são a pesca sendo uma das principais atividades, agricultura, o comércio, a pecuária, o extrativismo e o turismo (CURUÇÁ, 2012).

Quanto aos aspectos culturais o município de Curuçá apresenta diversas manifestações populares como o Festival do Folclore que ocorre no mês de julho, com apresentações de quadrilhas juninas, cordões de pássaros, grupos de carimbó e entre outros. Entre as maiores manifestações religiosas destaca-se o Círio de Nossa Senhora do Rosário, padroeira do município, ocorre no mês de setembro, acontece também a Festividade de São Benedito Achado, realizada no mês de dezembro e a Festividade de São Pedro um evento típico dos pescadores que acontece no mês de junho.

O carnaval de Curuçá é considerado um dos melhores Carnavais do Estado do Pará, atraindo todos os anos diversos turistas para cidade, pois a atração principal é o Bloco “Pretinhos do Mangue” famoso por seus brincantes desfilarem sujos de lama do manguezal pela cidade durante os dias de folia, sendo considerado um carnaval “ecológico” pois de acordo com organizador do bloco ele foi criado para chamar atenção para a preservação dos manguezais. O Bloco Pretinhos do Mangue é considerado Patrimônio Cultural do município de Curuçá.

A Figura 01 abaixo mostra a localização do município de Curuçá e seus limites.

Figura 01: Mapa da localização do município de Curuçá e seus limites



Fonte: Instituto Peabiru (2017).

Quanto aos aspectos culturais o município de Curuçá apresenta diversas manifestações populares como o Festival do Folclore que ocorre no mês de julho, com apresentações de quadrilhas juninas, cordões de pássaros, grupos de carimbó e entre outros. Entre as maiores manifestações religiosas destaca-se o Círio de Nossa Senhora do Rosário, padroeira do município, ocorre no mês de setembro, acontece também a Festividade de São Benedito Achado, realizada no mês de dezembro e a Festividade de São Pedro um evento típico dos pescadores que acontece no mês de junho.

O carnaval de Curuçá é considerado um dos melhores Carnavais do Estado do Pará, atraindo todos os anos diversos turistas para cidade, pois a atração principal é o Bloco “Pretinhos do Mangue” famoso por seus brincantes desfilarem sujos de lama do manguezal pela cidade durante os dias de folia, sendo considerado um carnaval “ecológico” pois de acordo com organizador do bloco ele foi criado para chamar atenção para a preservação dos manguezais. O Bloco Pretinhos do Mangue é considerado Patrimônio Cultural do município de Curuçá.







Quanto à gestão da RESEX, seu conselho deliberativo foi criado em 23 de novembro de 2005, sendo composto por representantes da sociedade civil local, órgãos públicos, instituições federais de ensino e pesquisa, Associações comunitária da RESEX, com destaque para a Associação dos Usuários da RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá (AREUMAG) representante de todos os usuário desta UC e entre outros, pois ao todo totalizam 27 membros. Entretanto, conforme Batista (2010), devido alguns problemas institucionais o início das atividades do conselho atrasaram, pois este passou a retomar suas atividades e reunir com frequência a partir de 30 de abril de 2008 e desde então vem realizando seu trabalho na gestão da RESEX. Vale ressaltar que haverá uma reunião do conselho deliberativo em agosto de 2017 para definir novas representações de lideranças comunitárias e entre outros para renovação do conselho.

Sobre o Plano de Manejo, ainda encontra-se em processo de elaboração, sendo utilizado apenas o Plano de Utilização que entrou em vigor desde 21 outubro de 2005, elaborado pelos usuários da RESEX e devidamente aprovado pelo órgão ambiental competente, contudo este vem sendo o instrumento formal que vem norteando todas as ações, decisões e a forma mais adequada e racional de manejar os recursos naturais existente na RESEX.

### **Comunidade da Vila de Mutucal**

A comunidade da Vila de Mutucal faz parte da Resex Marinha Mãe Grande de Curuçá e está localizada na Ilha de Fora, junto com as comunidades de Iririteua, Pedras Grandes, Algodoalzinho, Recreio e Arapiranga de Fora, que compõem as comunidades que formam a Ilha de Fora, o acesso à comunidade se dá pelo distrito de Abade de onde se faz uma travessia de barco até a comunidade de Pedras Grandes e de lá são 7km de estrada até chegar na comunidade da vila de Mutucal, sendo que Mutucal é a maior comunidade dentre as outras, pois ao longo dos anos veio demonstrando um grande aumento de sua população, principalmente de pessoas que vieram de outras cidades para morar na localidade.

Conforme as entrevistas realizadas na comunidade, percebeu-se que a renda familiar varia até um salário mínimo, com base nos relatos de alguns moradores, pois a maioria sobrevive da agricultura de subsistência e a pesca (Figura 03), sendo esta uma das principais atividades da vila, segundo alguns moradores no período da safra do pescado eles conseguem um lucro muito bom e uma melhor qualidade de vida, porém quando termina esse período e se não fizerem uma reserva, a dificuldade é grande para se manterem.

Em relação à atividade da pesca, a comunidade ainda não despertou para criar uma cooperativa para comercializar esse pescado que tem sido bastante abundante no período da safra, segundo a comunidade muitos compradores de peixes conhecidos por lá como “marreteiros” compram o peixe por um valor insignificante e revendem por um preço muito significativo, então não há uma fiscalização e essa comercialização traz pouco benefício pra comunidade como um todo.

Figura 03: Produção de pescado



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

### **Paisagem e Turismo**

A vila de Mutucal possui uma paisagem onde predomina o ecossistema de mangue, dentro da vila há alguns igarapés de água doce, existe uma praia a 20 minutos da vila, conhecida como praia do rato, próximo a essa praia tem um ninhal de pássaros de diferentes espécies, o local encontra-se bastante preservado, formando uma paisagem natural de grande beleza cênica e ótimo potencial para um turismo ecológico (Figuras 04 e 05).

Figura 04: Praia do Rato



Fonte pesquisa de campo, 2017.

Saindo da vila de Mutucal, após a praia do Rato em um trajeto feito de barco que dura em torno de 45 minutos a 1h, chega-se à praia da Romana, uma das principais praia do município de Curuçá, seu acesso também se dá pelo distrito de Abade , sendo este o mais conhecido.

A paisagem acima (Figura 06) tem um significado muito importante para a comunidade local, pois faz parte do imaginário popular. O nome do igarapé originou-se da lenda do Bianor, que conta a história de uma criança chamada Bianor, que desapareceu de forma misteriosa da vila de Mutucal, há mais de 60 anos; todos da vila mobilizaram-se para encontrá-lo e essa busca durou meses, porém sem sucesso. Entretanto, criou-se toda uma lenda por trás desse desaparecimento dessa criança que havia sido encantada e que passou a habitar em outro mundo e que um dia poderia ser desencantada e trazida de volta para sua família. Essa lenda é conhecida por todos os moradores da comunidade e o igarapé ganhou esse nome porque ficava bem ao lado da casa dos pais do Bianor; há alguns relatos de que ele aparecia próximo do igarapé e desde então ficou conhecido como igarapé do Bianor, pois a comunidade local considera essa paisagem como um importante atrativo turístico devido todo esse imaginário.

Figura 05: Praia do Rato



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Durante a pesquisa de campo, perguntou-se: o que você entende sobre atividade turística? Percebeu-se que a maioria dos entrevistados da comunidade não tem noção do que seja a atividade turística e gostaria que essa atividade de fato ocorresse na localidade; muitos relataram que há um grande potencial turístico no lugar, porém ainda não há estrutura para que isso ocorra, já uma minoria acredita que o turismo acontece no mês de julho, mas bem pouco. Em entrevista com os moradores da comunidade, observou-se que a comunidade se sente pertencente do lugar onde vive, e reconhece a beleza da paisagem. Ao ser perguntado: o que você acha sobre a paisagem local?, o pescador Oziel Trindade, respondeu : “É bonita demais, nosso orgulho!”(Pesquisa de campo, 2017). Para o autônomo Idefonso Ferreira, “paisagem muito rica nos aspectos naturais” (Pesquisa de Campo, 2017); já para o pescador Manoel Santana: “já foram mais bonitas e mais preservadas” (Pesquisa de Campo, 2017).



Figura 06: Igarapé do Bianor



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

De acordo com o modo de vida local e as características naturais, o seguimento turístico mais adequado para essa área seria o Turismo de Base Comunitária (TBC). Conforme Coriolano (2003, p.14):

Turismo comunitário é aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar que passam a ser articuladores e os condutores de cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida; leva todos a se sentirem capazes de contribuir, e organizar as estratégias do desenvolvimento do turismo.

A partir do conceito desse segmento turístico, entende-se que este pode promover maior autonomia e participação das comunidades na condução dessas atividades a serem desenvolvidas. Conforme o contexto local, tanto a realidade das questões sociais como ambientais, levando em consideração todas as atividades que as comunidades desenvolvem para seu meio de subsistência, esse segmento que possivelmente seria adequado, se adaptaria de maneira mais eficaz, proporcionando uma troca de experiências, vivências, valorizando o modo de vida local, resgatando seus valores culturais, históricos e, sobretudo uma melhor relação com o meio ambiente.

Entretanto, já tiveram experiências de turismo na RESEX Marinha Mãe grande de Curuçá. De acordo com Falcão (2013), houve na RESEX a atuação de alguns grupos sociais organizados, como o Instituto Peabiru, que através do projeto “Casa da Virada” promoveu oficinas sobre educação ambiental e sobre o ecoturismo de Base Comunitária visando estimular esse seguimento na área da RESEX entre os moradores locais. A partir desse contexto, surgiu o Instituto Tapiaim, formado por um grupo de jovem advindos desse Projeto “Casa da Virada”, que passou a trabalhar o Ecoturismo de Base Comunitária (EBC), com roteiros que consistiam em visitas as comunidades locais, trilhas, banhos de igarapés, passeio à praia da Romana

etc. O Instituto Tapiaim tinha uma parceria com uma operadora de turismo, a “Estação Gabiraba”, a qual comercializava seus roteiros, também era responsável pelo receptivo de grupos em Belém e o transporte de Belém Curuçá-Belém; e com os fornecedores de Curuçá a negociação era de responsabilidade do Tapiaim (QUEIROZ, 2011).

Conforme Pereira (2014), atualmente o Instituto Tapiaim encontra-se em um processo de desestruturação, devido vários problemas internos que implicou no desligamento alguns membros do grupo. Diante dessas questões, percebe-se que o processo que envolve a participação, autonomia e a condução das atividades turística pela comunidade necessita de bases fortes para que se mantenha fortalecido e consiga superar tais problemas; logo, desenvolver experiências de TBC ainda é desafiante.

### Os Entraves e Desafios da Gestão Ambiental na Comunidade

Notou-se durante a pesquisa de campo que não há coleta de lixo na comunidade (Figura 08), cada pessoa fica responsável por seu lixo, a maioria queima no quintal de suas residências, no entanto algumas pessoas reclamaram que alguns moradores jogam o lixo bem próximo ao manguezal e isso tem preocupado bastante a comunidade, sobre os impactos ambientais percebido na vila pelos moradores, a questão do lixo foi a principal, em seguida o que mais foi percebido pela comunidade foi o desmatamento, uma das causas seria o aumento da população, das localidades da Ilha de Fora, Mutucal é o local que mais tem recebido pessoas vinda de outras cidades para fixar moradia na comunidade, ao longo dos anos muitas famílias mudaram-se pra lá e devido a isso tem havido uma grande pressão no meio ambiente.

Figura 07 - 08: Lixo despejado próximo ao Manguezal



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Conforme o Sr. Manuel Nascimento, morador da comunidade de Mutucal, essa pressão tem sido muito forte, pois com o aumento da população, as áreas desmatadas para fazer roças têm sido maiores e a derrubada de árvores para tirar madeiras para a construção de currais



de pescaria tem aumentado muito. Uma outra questão sobre o desmatamento observada pelos moradores foi que algumas pessoas estavam desmatando próximo a nascente de um rio, inclusive houve uma situação conflituosa entre a comunidade e um certo indivíduo que queria se apropriar de um igarapé público, já estava começando a desmatar, a comunidade denunciou e o problema foi resolvido.

Uma outra problemática que vem ocorrendo na comunidade refere-se à atividade da pesca; muitos pescadores relataram que para a confecção dos currais para a pesca artesanal são necessárias varas de bambu. Devido a construção de currais ter aumentado bastante, já não há mais árvores de bambu (*Bambusoideae*) suficientes na comunidade para atender essa demanda, por isso muitos pescadores estão comprando de outras localidades. Portanto, seria interessante que os pescadores se mobilizassem e comesçassem a plantar o bambu.

Diante desses entraves sobre a gestão ambiental na comunidade e também na RESEX como um todo, procurou-se saber com o gestor responsável por esta UC quais as dificuldades em relação à gestão, como está o andamento do Plano de Manejo, quais Políticas Públicas vêm sendo adotadas na RESEX e entre outros questionamentos, que seriam fundamentais para as discussões deste trabalho, porém, não foi possível obter as respostas do Gestor da RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá sobre essas questões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar a relação entre gestão ambiental, paisagem e turismo, enfatizando a paisagem natural como atrativo turístico e como a comunidade local vem percebendo esta paisagem, em sua mudança física, biológica e social, destacando a gestão ambiental como um fator de extrema importância para assegurar a proteção e a conservação dos recursos naturais, bem como um manejo adequado da paisagem local.

A partir da pesquisa de campo, notou-se que a comunidade local vem observando uma mudança constante da paisagem, principalmente dentro da Vila de Mutucal, a qual vem passando por um processo de crescimento populacional bastante significativo, comparada as outras comunidades da Ilha de Fora e os impactos e a pressão sobre o meio ambiente tem sido um dos principais fatores para a modificação da paisagem local. Entretanto percebeu-se que grande parte da comunidade reconhece a beleza da paisagem e demonstra isso de várias maneiras, seja em sua vivência cotidiana, o imaginário popular e entre outros diferentes olhares, que gera um sentimento de pertencimento e valorização da paisagem local.

A RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá apresenta um potencial turístico bem significativo, pois algumas comunidades já tiveram experiência em desenvolver atividades turísticas na região, porém na comunidade da Vila de Mutucal ainda não houve essa iniciativa. Alguns moradores disseram que gostariam de inserir o turismo na comunidade, seria uma alternativa viável, desde que houvesse uma organização, planejamento e qualificação dos moradores. Nesse sentido, haveria a necessidade de elaborar um projeto para discutir que tipo de turismo poderia ser desenvolvido pela comunidade, além de promover oficinas, palestras e entre outros meios para esclarecer a comunidade sobre a atividade turística.

Ademais, de acordo com as características dessa área, seria interessante desenvolver o Turismo de Base Comunitária (TBC), pois a comunidade seria protagonista desse processo, já que esse segmento é capaz de promover uma maior interação entre comunidade e visitante, uma maior proximidade e reciprocidade com a cultura e o modo de vida local, podendo ser uma atividade complementar e trazer uma melhor qualidade de vida para os moradores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR.

BATISTA, Iane Maria da Silva. *Participação, Organização e Desenvolvimento Sustentável no Contexto da RESEX Mãe Grande de Curuçá*. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Belém: UFPA, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação. Brasília: MMA, 2004. BRASIL, *Gestão participativa do SNUC* / Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas. Programa Áreas Protegidas da Amazônia. — Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), *Gestão participativa em unidades de conservação*. Esta publicação está disponível em [www.ibase.br](http://www.ibase.br) Julho de 2006 Linha de Ação 4.2 – Educação Ambiental na Gestão Participativa: fortalecimento do conselho consultivo do Parque Nacional da Tijuca – Projeto Água em Unidade de Conservação, projeto-piloto para a Mata Atlântica: Parque Nacional da Tijuca.

BERTRAND, G. *Paisagem e geografia física global*. R. RA E GA, Curitiba, n.8 p.141-152, 2004. Editora UFPR.

CORIOLOANO, L.N.M.T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. In: CORIOLOANO, Luzia Neide M.T. *O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza: FUNECE, 2003. p.13-27.

CHAMY, P. 2002. *Reservas extrativistas marinhas: um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade*. Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade-ANPPAS. Indaiatuba-SP. Disponível em: [www.anppas.org.br/gt/conhecimento\\_local/paula%chamy.pdf](http://www.anppas.org.br/gt/conhecimento_local/paula%chamy.pdf) Acesso em: 25 NOV.2016.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. *Modelagem de sistemas ambientais*. São Paulo, Edgard Blücher, 1999. 236p.

DENCKER, A. F. M. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 1998.

FALCAO, Laercio Bezerra. *Turismo em RESEX: Perspectiva de desenvolvimento, participação social e políticas públicas na RESEX de Soure de Curuçá*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2013.

FIGUEIREDO, Elida Moura. *Uma estrada na reserva: Impactos sócio-ambientais da PA 136 em Mãe Grande, Curuçá (PA)*. Dissertação em Ciências Ambientais. UFPA/EMBRAPA/ Museu Emilio Goeldi, Belém, 2007.

FLORIANO, Eduardo Pagel. *Políticas de Gestão Ambiental*, 3ed. Santa Maria: UFSM-DSF, 2007.

GUIMARÃES, R. P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Orgs.). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001. p. 43 – 71.

HAGUETTE, T.M.F, *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

KIRST, P. *Fotográfico e subjetivação: Hibridização, multiplicidade e diferença*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2000.

LOUREIRO, C.F.B.; CUNHA, C.C, Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. *Ambiente & Sociedade*. Campinas V.XI, n.2 / jul.dez.2008.

MINAYO, M.C de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 2.ed. São Paulo: Hucitec/ Abrasco, 1993.

MORAES, E. A.; IRVING, M. A. *Ecoturismo: encontros e desencontros na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (AC)*. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.3, ago/out- 2013, pp.738-757.

NEIMAN, Zysman; RABINOVICI, Andréa. (Org.). *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010.

PIRES, P.S. Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters / Mario Carlos Beni, organizador, In: *Sustentabilidade: dimensão ambiental*. – Barueri, SP: Manole 2012.

PESSOA, M.A; RABINOVICI, Andréa. Inserção Comunitária e as Atividades do Turismo / NEIMAN, Zysman; RABINOVICI, Andréa. (Org.). *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010

POLES, Gabriella; RABINOVICI, Andréa. O Ambientalismo, o Turismo e os dilemas do desenvolvimento sustentável / NEIMAN, Zysman; RABINOVICI, Andréa. (Org.). *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ. SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO. *Inventário da Oferta e Infraestrutura Turística do Município de Curuçá-PA*. Atualização ano 2012. Curuçá, 2012.

QUEIROZ, Jacirene da Silva. *Ecoturismo de Base Comunitária na Amazônia Oriental: O Caso do Instituto tapiaim em Curuçá-PA*. Dissertação de Mestrado na UFPA, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, 2011.

QUINTAS, José Silva. *Introdução á gestão ambiental pública* / José Silva Quintas. 2ed. Revista. -Brasília: Ibama, 2006.

RODRIGUES, A. B. Turismo e territorialidades plurais- lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo. *Planejamento e gestão ambiental: Subsídios da geoecologia das paisagens e da teoria geossistêmica*. 2.ed.Reimpressão/ José Manuel Mateo Rodriguez e Edson Vicente da Silva. – Fortaleza: Edições UFC, 2016.

RUSCHMANN, D.V. de M. *Turismo e planejamento sustentável :a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus,1997,p.127-138.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

WEARING, Stephen; NEIL, John. *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*. Manole, 2001.